



Plano de Pormenor do Cais do Ginjal, Cacilhas, Almada

Estando a decorrer o período de consulta pública relativo ao Plano de Pormenor do Cais do Ginjal, a APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, vem por meio deste parecer pronunciar-se quanto ao desenvolvimento do projecto.

Tendo em conta que:

A APAI é a associação nacional com a missão estatutária de promover e apoiar o conhecimento, a protecção, a salvaguarda, a conservação e a valorização do património industrial português;

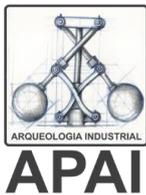
O património industrial nacional é empobrecido diariamente com projectos de demolição e transformação que negligenciam o seu valor histórico, tecnológico ou de memória, bem como pelo passar do tempo que causa consequente degradação e esquecimento, levando a perdas irremediáveis e a um paulatino empobrecimento patrimonial;

O Cais do Ginjal constitui-se como um local de características únicas, nomeadamente pela sua posição geográfica e características climáticas, que soube aproveitar excepcionalmente bem para o desenvolvimento industrial, naval e comercial, criando uma fisionomia, história e identidade ricas que têm sofrido declínio acelerado nas últimas décadas;

A construção do presente é necessária e desejada, para a continuada e renovada criação de condições de vivência que dignifiquem e promovam o ser humano, sendo laudável a existência da intenção de revitalizar o Cais do Ginjal, nomeadamente este que se propõe a respeitar e integrar o património existente;

O desenvolvimento urbano não pode hoje descartar a dimensão patrimonial cultural, sendo ela uma área crucial para o desenvolvimento sustentável, tal como apresentado pelo nº 11 dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável – Cidades e Comunidades Sustentáveis (UN 2015), e já bem definido pela UNESCO desde a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural, que realça que o desenvolvimento não deve ser visto apenas como renovação urbana e crescimento económico, mas também como abrangendo toda a gama de ações destinadas a aumentar o bem-estar das populações, para o qual a cultura é um recurso valioso, herança das experiências das gerações passadas e fonte de criatividade e renovação (UNESCO 1990, UNESCO 2013);

A APAI apresenta as seguintes considerações para o bom desenvolvimento do projecto, advogando um real contributo do passado para o futuro do Cais do Ginjal, bem como o cumprimento das responsabilidades presentes para com este património:



1. A valorização e salvaguarda do património industrial devem estar presentes em todas as fases do projecto

O Cais do Ginjal é um património industrial singular, de características únicas, testemunho de práticas que hoje apenas podemos imaginar. Entender este conjunto patrimonial no seu todo, na sua dimensão tangível e imaterial, com os vários edifícios e estruturas, os seus objectos e marcas de uso, com as suas memórias, é essencial para que o seu valor seja devidamente reconhecido e adequadamente utilizado no projecto. Tratando-se de um património único, irrepetível e frágil, a sua valorização e salvaguarda deve ser assegurada em todos os momentos, pois corre o risco de se perder para sempre se o seu registo e protecção não forem devidamente acautelados.

2. É necessária a realização de um levantamento patrimonial detalhado e completo

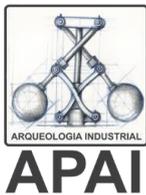
É essencial compreender a realidade patrimonial existente e o que vai ser impactado pelos trabalhos a realizar. O Plano de Pormenor para o Cais do Ginjal apresenta lacunas na área do levantamento patrimonial realizado e, tal como já apontado pela DGPC, reforçamos a necessidade do levantamento exaustivo das preexistências. O Cais do Ginjal é um conjunto patrimonial que não se resume em questões de edificado, mas que tem de ser visto em termos de ocupação histórica, função e vivência, integrado no seu contexto. Sendo já reconhecida a rica história do local é importante associar essa história aos sítios e aos restantes testemunhos materiais. O levantamento patrimonial exaustivo é um passo essencial para a compreensão do valor do sítio e para a preservação da sua memória e da sua história. Esta documentação é uma metodologia basilar da arqueologia industrial e deve sempre preceder qualquer alteração que venha a ser realizada no sítio.

3. Há que assegurar o devido acompanhamento arqueológico dos trabalhos

Quaisquer intervenções acima e abaixo do solo, nomeadamente no caso de operações de limpeza, de demolição e de escavação, devem ser acompanhadas por arqueólogos devidamente habilitados e respeitar as metodologias da arqueologia industrial, salvaguardando assim o conhecimento contido a nível do edificado, dos objectos e do espólio documental, das marcas de uso, ou dos restos de produção, entre outros testemunhos da ocupação humana deste local. Este acompanhamento não dispensa o trabalho prévio de levantamento e documentação da realidade patrimonial existente neste momento, essencial para informar a melhor estratégia de trabalhos arqueológicos a realizar.

4. É necessário o enquadramento do Cais do Ginjal à escala da Paisagem Industrial

O Cais do Ginjal deve ser entendido como um conjunto industrial à escala da paisagem, unindo espaços e recursos numa entidade única. Esta paisagem cultural não pode ser reduzida a um ponto de vista privilegiado sobre algum lugar; a paisagem do Cais do Ginjal, industrial e costeira, engloba os edifícios, as estruturas de apoio, a maquinaria e restante património móvel, do cais às gruas, passando pelos edifícios e pelo enquadramento natural e geográfico, bem como a



dimensão intangível do património que ainda as habita e que nos é dada pelos testemunhos orais de antigos trabalhadores da zona (ver sobre este tema a obra “Memórias do Ginjal” produzido pelo Centro de Arqueologia de Almada). Salienta-se que esta não é uma paisagem composta por elementos pontuais mas que a unidade de todos esses elementos é o que torna o lugar único.

5. O re-uso dos edifícios e dos espaços deve respeitar o seu carácter industrial original

Quanto ao tópico da reutilização dos elementos patrimoniais, remetemos para o artigo 5, alínea IV, da Carta de Nizhny Tagil para o Património Industrial (TICCIH 2003), reforçando que os novos usos a eles atribuídos devem respeitar a sua história e a materialidade que tenha sobrevivido, mantendo a compreensão do espaço enquanto conjunto industrial, e fornecendo ferramentas de interpretação do seu passado histórico.

Assim, parece-nos assim imperioso que, para a bem-sucedida execução de qualquer projecto para o Cais do Ginjal, a dimensão patrimonial seja devidamente integrada e salvaguardada. As boas práticas definidas no campo do desenvolvimento sustentável dizem-nos que este, em tempos focado no desenvolvimento económico, apenas pode ser conseguido se tiver em conta a dimensão patrimonial: a história da ocupação dos sítios, a participação da comunidade que os criou e moldou, e os bens materiais que ancoram que essa memória. Para conhecer todo o valor do Cais do Ginjal é preciso reforçar a sua documentação patrimonial a montante de qualquer trabalho de descaracterização. O Centro de Arqueologia de Almada, associação local mas uma referência a nível nacional, tem já desenvolvido trabalho nesse campo, que importa reforçar e ampliar, fornecendo o apoio necessário.

O património industrial é um recurso valioso cujos valores têm de ser devidamente aproveitados e salvaguardados, herança de uma sociedade industrial da qual somos directamente descendentes, mas também já muito diferentes. Muito pode ser aprendido através destes testemunhos, como incentivos ao empreendedorismo ou à descoberta de novas soluções tecnológicas, e mesmo apenas como elemento que nos liga aos nossos antepassados e fornece a perspectiva histórica que é necessária a toda a existência.

Leonor A. P. de Medeiros

(Presidente da Direcção)

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2018